

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.072 - SP (2019/0222851-8)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : HESA 167 - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA
ADVOGADOS : MARCELO ROITMAN - SP169051
CAROLINA DE MACEDO ROSA - SP392235
RECORRIDO : JAIRO BARRETO
RECORRIDO : IDALINA PEREIRA DE MATOS
ADVOGADO : WILSON SANCHES - SP235283

EMENTA

RECURSO ESPECIAL E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. CONFIGURAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES APONTADAS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por HESA 167 - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

APELAÇÃO Ação Ordinária de Declaração de Nulidade de Cláusula Contratual e Rescisão de Contrato c.c. Restituição de Valores - Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel Pretensão de restituição integral das prestações pagas, bem como dos valores pagos a título de comissão de corretagem Sentença de parcial procedência Inconformismo da ré Preliminar de cerceamento de defesa - Inocorrência Alegação de validade da cobrança de comissão de corretagem em razão da validade da cláusula contratual que transferiu o encargo aos compromissários compradores Cabimento - Cópias dos cheques coligidos as fls. 61/64, com a exata discriminação de valores e beneficiários que é suficiente para comprovar que os autores assumiram a obrigação de arcar com a comissão de corretagem Legalidade na cobrança Entendimento consagrado no REsp nº. 1.599.511 em sede de recurso repetitivo Sentença que também deve ser reformada para estabelecer que os juros de mora incidentes sobre o montante a ser restituído à autora serão contados a partir da data sentença - Recurso parcialmente provido.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 310/315).

Em suas razões, alega a parte recorrente, além do dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 1.022, II e 489, §1º, do CPC; 240, 241 e 523 do CPC; 394, 396, 397 do Código Civil, e 1º, §§2º, da Lei 6.899/81, sob os argumentos de: (a) omissão do julgado na apreciação das teses referentes ao termo inicial da correção monetária e juros moratórios; (b) a correção monetária deverá ser calculada a partir do ajuizamento da ação, não se tratando, no caso, de ato ilícito praticado pela recorrente; e (c) descabimento da incidência de juros de mora antes do trânsito em julgado e do decurso do prazo processual para pagamento da condenação.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 374/382.

É o relatório. **Passo a decidir.**

A pretensão recursal merece provimento quanto à alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Com efeito, nos embargos de declaração opostos em face do acórdão recorrido, a recorrente apontou omissão relevante no julgado, porquanto não teria se manifestado acerca do termo inicial da correção monetária.

No entanto, no julgamento dos embargos, o Tribunal de origem deixou de apreciar tal tema, razão pela qual fica evidenciada a violação do art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que não foi prestada a jurisdição de forma integral.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL. PREPARO. RECOLHIMENTO VIA INTERNET. POSSIBILIDADE. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. OMISSÃO NÃO SANADA. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. LEI Nº 11.280/2006. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. (...)

2. Constatada a existência de omissão não sanada no acórdão proferido pelo Tribunal local, a despeito da interposição de embargos de declaração, é de rigor o reconhecimento de violação do art. 535 do CPC, por negativa de prestação jurisdicional, com a determinação de retorno dos autos à origem para que se realize novo

Superior Tribunal de Justiça

julgamento. (...)

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 490.095/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016, grifei).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CONTRATO BANCÁRIO. EXECUÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OCORRÊNCIA. OMISSÃO DO ACÓRDÃO ACERCA DA AFIRMADA EXISTÊNCIA DE SUPOSTO JULGAMENTO EXTRA PETITA NO CÁLCULO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS E SUFICIENTES FUNDAMENTOS.

1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação do Tribunal local acerca da tese de direito suscitada. Recusando-se a Corte de origem a se manifestar sobre a questão federal, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a infringência do art. 535 do CPC, a fim de anular o acórdão recorrido para que o Tribunal a quo supra a omissão existente.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 408.696/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 09/02/2015, grifei).

Assim, sendo relevante a questão aventada na origem, impõe-se a acolhida do recurso especial para se reconhecer a omissão do julgado e determinar a devolução dos autos à origem para a apreciação dos temas apontados nos embargos, uma vez que se trata de matéria insuscetível de ser objeto de prequestionamento ficto, nos moldes do art. 1.025 do CPC/2015, e, portanto, de ser, desde logo, julgada por esta Corte Superior.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja sanada a omissão.

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator

